

PEC do Orçamento impositivo vai ao Senado

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

A Câmara e o Senado pautaram para esta semana três projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

"Recado" do Congresso ao governo Bolsonaro, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna impositivo o pagamento das emendas parlamentares de bancada está na pauta de plenário do Senado com alta chance de aprovação. O texto deve ser aprovado esta semana, mas com emendas que farão com que volte à Câmara. A equipe econômica é contra por entender que significará maior engessamento do Orçamento.

Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota

projeto que permite que o trabalhador requisite sua carteira de trabalho e Previdência em meio eletrônico e não físico. A proposta já foi aprovada pelos senadores e seguirá para sanção presidencial se aprovada. Outra proposta na mesma situação propõe incluir, no conceito de segurança alimentar, a ampliação de acesso a alimentos que mitiguem o risco de escassez de água potável.

O levantamento considerou as 21 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado. A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Governo tenta diluir no Senado impacto da PEC do Orçamento

Proposta aprovada na Câmara engessa gastos, e equipe econômica busca forma de escalonar medida ao longo dos anos para suavizá-la

Daniel Carvalho, Mariana Carneiro e Thiago Resende

Determinado a fazer voltar à Câmara a medida que retira do Executivo poder sobre o Orçamento, o governo avalia escalonar o impacto que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) terá nas contas da União.

O texto que os deputados aprovaram na semana passada preocupa o Planalto porque, entre outras coisas, aumenta as despesas o fato de colocar na Constituição a obrigatoriedade do pagamento das emendas de bancadas.

Atualmente, o percentual obrigatório das emendas coletivas está fixado em 0,6% da RCL (Receita Corrente Líquida) da União.

O texto que saiu da Câmara eleva na Constituição este percentual para 1% no primeiro ano, o que representaria um aumento de R\$ 4 bilhões. A partir do segundo ano, o

valor alocado em emendas será corrigido pela inflação.

Na avaliação do governo, a PEC vai na contramão das bandeiras de desvinculação e de austeridade defendidas pelo Ministério da Economia.

Setores da Esplanada defendem que o percentual seja de, no máximo, 0,8%.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defende outra alternativa: um escalonamento do percentual até que se chegue a 1%.

“A imposição orçamentária cria dificuldades para a administração das despesas públicas. Vamos analisar, escalar isso”, afirmou Bezerra à Folha.

“Talvez não a partir deste ano, mas a partir do próximo e vai escalonando. Isso representa R\$ 4 bilhões a mais. Pô, num ambiente de penúria que a gente está vivendo? Para chegar em 1% [da RCL] faz em dois, três anos, faz uma escalinha aí”, disse.

O texto é o primeiro item da pauta desta quarta-feira (3) da CCJ (comissão de Constituição e Justiça)

do Senado. O relator e senador Esperidião Amin (PP-SC) ainda prepara seu relatório.

A PEC seria votada no plenário do Senado na quarta-feira passada (27), um dia após ter sido aprovada na Câmara.

Para Bezerra, a aprovação na Câmara foi “mais uma iniciativa política” por causa da crise entre Bolsonaro e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que trocaram.

Em referência ao PSL, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que o governo está enfrentando a si mesmo no Congresso. Bezerra relativizou.

“O PSL tem uma bancada nova e Eduardo [Bolsonaro] e o próprio Bolsonaro já tinham votado nesta matéria lá atrás. Interpreto que eles fizeram uma avaliação rápida porque sentiram que o ambiente era de sinalização política e eles estavam em um porto seguro porque já tinham votado a matéria no passado. Mas não necessariamente esta seja a posição do PSL”, afirmou Bezerra.

No Senado, o líder do partido, Major Olímpio (PSDSP), apresentou três emendas para alterar a PEC e reduzir os danos aos cofres.





“Estabelecer 1% da RCL para as emendas de bancada no atual cenário de déficit orçamentário é exercer uma pressão grande nas contas públicas, o que pode contribuir com o aumento do endividamento público, além de engessar ainda mais os parcos recursos discricionários”, afirmou em um dos textos.

Ele propõe que se reduza o percentual da PEC para o atual 0,65% e altera também outros pontos da proposta.

Sugere, por exemplo, um limite de até 50% aos restos a pagar a serem considerados para fins de cumprimento da execução financeira.

E propõe mais um limite, desta vez para a correção do percentual obrigatório das emendas coletivas a partir do segundo ano da PEC em vigor.

A articulação de governistas no

Senado já provoca reações na Câmara, que, em uma demonstração de força, desenterrou a proposta na terça (26) durante embate com o Palácio do Planalto.

Relator da PEC na Câmara, o deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) é contra qualquer alteração do texto.

“Não concordo. As emendas são para obras estruturantes, são investimentos. O Senado não tem de querer escalonar”, afirmou o parlamentar.

“A intenção nossa é preservar o que foi aprovado na Câmara”, disse Gaguim.

Mesmo se o governo conseguir votos para modificar a PEC no Senado, o plenário da Câmara dará a palavra final. A proposta foi aprovada, em votação relâmpago, com o apoio de mais de 450 deputados.